Capão da Imbuia

O Capão da Imbuia constitui-se em um bosque localizado na região que, antigamente, compunha a faixa de transição, historicamente conhecida como "os campos de Curitiba", entre a floresta subtropical da vertente oeste da Serra do Mar e a floresta de araucárias do primeiro planalto. Na região metropolitana de Curitiba é esse um dos últimos remanescentes dos capões nativos que caracterizavam a sua paisagem. Apesar de não ter escapado ileso da ação predatória do homem e das modificações do ecossistema local provocadas pela urbanização da região, é ainda detentor de uma associação florística da qual participam diversas espécies características da vegetação original.

O bosque está sob a guarda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Curitiba. Essa instituição herdou remanescente do que se constituía o acervo das seções de Botânica, Geologia e Zoologia do Museu Paranaense. Desmembrada daquele Museu, em 1956, passaram a compor o Instituto de História Natural, integrado à Secretaria de Agricultura do Estado e compreendendo as divisões de Botânica, de Geologia e Paleontologia, de Museu, Jardim Zoológico e Botânico e de Zoologia. Sua primeira sede foram as dependências do Grupo Escolar Tiradentes, depois transferida, sucessivamente, para a Policlínica Dr. Garcês do Nascimento, para um edifício na Rua José Loureiro, para o prédio do Instituto Histórico e Geográfico e finalmente, para uma edificação própria no Capão da Imbuia. Variaram também as denominações conforme mudavam as circunstâncias políticas e administrativas do estado. Em 1963, com o nome de Instituto de Defesa Natural, veio a abranger, em sua estrutura, as divisões de Meteorologia, Defesa da Fauna, Zoologia e Botânica. Em 1975 passou a integrar a Secretaria de Agricultura com a denominação de Coordenadoria de Defesa dos Recursos Naturais Renováveis com uma única finalidade: a fiscalização.

No ano seguinte passou a integrar o Instituto Agronômico do Paraná - Iapar , com o objetivo de efetuar pesquisas sobre os recursos naturais renováveis, constituindo-se no organismo central coordenador da pesquisa agropecuária no Paraná.

Com o encerramento do Programa de Recursos Naturais Renováveis, em 1980, os técnicos, os funcionários administrativos bem como as coleções museológicas são transferidos para a Prefeitura Municipal de Curitiba, ficando administrativamente subordinados ao Departamento de Parques e Praças, recebendo a nova unidade a denominação de Divisão do Museu de História Natural. Preocupada com a preservação do Capão da Imbuia, a DMHN inclui entre seus projetos medidas como o disciplinamento da visitação pública ao bosque, reintrodução das espécies típicas da floresta de araucárias e redução das espécies atípicas.

Localização: Capão da Imbuia.
Proprietário: Município de Curitiba.
Tombamento estadual: Processo n° 86/83. Inscrição n°14, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Data: 08/04/1983.
Bibliografia: DOMBROWSK Luiza Thereza, HERTEL, Ralph J. G, KUNIOSHI, Yoshiko Saito. "A vegetação do Capão da Imbuia, in Araucariana, publicação do IDPN, Curitiba, setembro de 1967.
Histórico Resumido do Acervo da História Natural, texto datilografado do Arquivo da Curadoria do patrimônio Histórico e Artístico do Paraná. Parecer do professor Riad Saiamuni, de 20/2/1983, relativo ao tombamento do Capão da Imbuia e do seu acervo museológico, Arquivo da Curadoria do PHAN/PR.

Casa de Cristiano Osternack

Entre os imigrantes alemães que no ano de 1847 desembarcaram no porto de São Francisco do Sul, Santa Catarina, estava um rapaz de 21 anos, natural de Auterland. Hamburgo, chamado Cristiano Osternack. Como muitos dos seus conterrâneos que aportaram em Santa Catarina no século XIX, o jovem hamburguês não se fixou no litoral, preferindo prosseguir viagem, serra acima, até Curitiba onde instalou-se definitivamente. Utilizando-se da sua experiência de oleiro, fundou a primeira olaria da região, promovendo dessa forna o início de uma das atividades fabris essenciais à cidade, que naquele momento atravessava fase de pleno desenvolvimento. De sua olaria provavelmente saíram os tijolos maciços e as telhas planas, alemãs, com que, em 1870, ergueu essa casa, para nela residir com a mulher, Ema Vegner, e uma numerosa prole. Em 1987, foi restaurada segundo projeto dos arquitetos Cláudio Maiolino, Cleusa de Castro e Jeferson Navolar.

Casa térrea caracterizando moradia dos arrabaldes pela sua implantação afastada das divisas. De arquitetura simples, construída em alvenaria de pedra e tijolo com cobertura em quatro águas com chanfros nos extremos da cumeeira — paralela à fachada — à semelhança dos telhados populares de origem germânica. O ponto alto do telhado possibilitou sótão, iluminado e ventilado por janelas dispostas nas fachadas laterais. A entrada, centralizada na fachada, é ladeada por dois pares de janelas. Os vãos de verga reta são emoldurados por requadros em argamassa. Cimalha simples, também de argamassa sob a fiada de telhas do beiral arremata a composição.

Localização: Rua Solimões, 344 - Mercês
Data da construção: 1870.
Proprietário: Particular.
Tombamento estadual: Processo nº 73/79. Inscrição: nº 72. Livro das Belas Artes. Data: 03/03/1979.
Bibliografia: Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

Casa do Burro Brabo

Localização: Rua Erasto Gaertner, 2035.
Data da construção: Final do século XIX.
Proprietário: Particular.
Tombamento estadual: Processo nº 01/92. Inscrição nº116. Livro do Tombo Histórico. Data: 21/12/1992.

Foi construída por volta de 1860, quando a Rua Erasto Gaertner era início do caminho da Graciosa, estrada por onde era escoada a produção de erva-mate dos campos de Curitiba em demanda do litoral.

É uma das últimas casas com características rurais que sobreviveu ao crescimento urbano. Foi armazém, pousada e prostíbulo, encontrando-se, hoje, sem utilização alguma e em estado de arruinamento.

Suas paredes externas são em alvenaria de tijolo e as internas de estuque. A planta em L e a cobertura de duas águas possibilitam oitões nas extremidades, fechados com tabuado vertical arrematado com mata-juntas. Ampla varanda à frente identifica sua origem rural. Por decisão judicial, após longa demanda com os atuais proprietários, está sendo restaurada ou mais propriamente, reconstruída conforme sua concepção original.

Casa e Bosque da Família Gomm

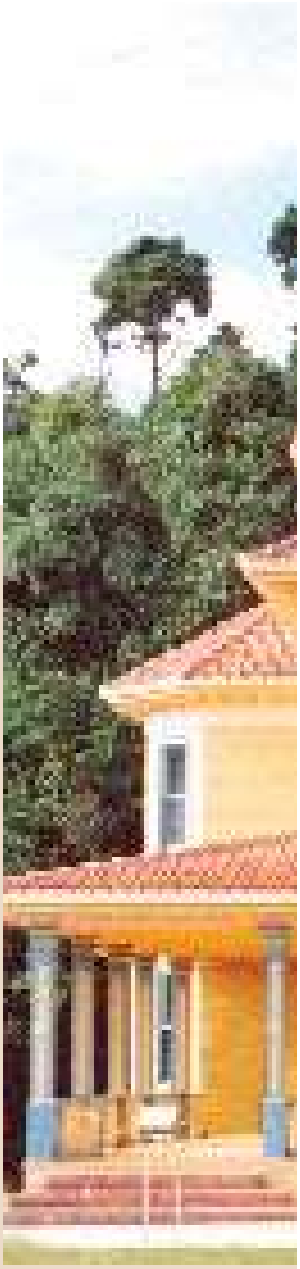
Embora uma das mais reduzidas colônias de imigrantes de Curitiba, a comunidade inglesa não deixou de contribuir, com um exemplar característico, para a diversificada mostra de estilos europeus que marcou, a partir do século passado, a paisagem construída nessa região. É a mansão que a família Gomm construiu, no meio de um magnífico terreno intensamente arborizado, no bairro do Batel. Construída inteiramente em madeira, possui dois pavimentos e sótão. No térreo é feito o acesso principal através de uma varanda, para onde se abre a sala principal, seguindo-se uma sucessão de cômodos espaçosos: living, sala de refeições, sala de jogos, jardim-de-inverno e dependências de serviço. O andar superior e o sótão constituíam-se na área íntima, abrangendo dormitórios e saletas de jogos destinados às crianças. Entre os aspectos significativos da casa está a forma orgânica pela qual se distribui uma volumetria arquitetônica dinâmica marcada por elementos de destaque como o torreão oitavado no canto esquerdo e o corpo avançado de três planos na fachada lateral, ambos dotados de bow windows - detalhe típico da casa inglesa tradicional.

É marcante também, como elemento plástico, a varanda, em L, guarnecida por singelo guarda-corpo, modulada por sete pilares e protegida por amplo beiral de "cachorrada".

A cobertura, em telhas francesas, complementa a organicidade da composição com um jogo dinâmico de planos extensos rompidos pelas camarinhas de iluminação e ventilação do sótão, e pela larga chaminé da lareira do living, único elemento em alvenaria — tijolo aparente - dessa mansão.

Fruto de acordo entre o governo do estado e o proprietário, a casa foi trasladada para outra posição, dentro do próprio terreno e restaurada conforme projeto do arquiteto Humberto Fogassa. Toda a operação foi custeada pelos proprietários que, ao final doaram a casa com pequena parcela do grande terreno para o governo estadual.

Localização: Avenida Batel, nº.1824.
Data da construção: 1913.
Proprietário: Governo do Estado do Paraná.
Tombamento estadual: Processo nº 004/88, Inscrição nº 07. Livro das Belas Artes. Data: 14/04/1989.



Casa Emílio Romani

O sobrado rosa de ressaltos brancos localizado na Praça Eufrásio Correia, conhecida outrora como Praça da Estação, foi edificado na época de transformação da cidade pela chegada dos imigrantes de origem alemã, polonesa e italiana.

Dentre as conseqüências culturais que trouxeram à região, incluem-se as mudanças na arquitetura local. Referência à influência do construtor de origem italiana, a casa tem à frente uma galeria porticada de seis arcos, encimada por terraço. A cobertura, em quatro águas, é oculta por platibanda, adornada com jarros e pequenos modilhões. Os vãos de portas e janelas são em arcos de plena volta, guarnecidos por bandeiras envidraçadas. Complementa o vocabulário neoclássico a simetria da solução arquitetônica, evidenciada pela acentuação, no centro da fachada, do vão de entrada, arrematado por um arco de maior diâmetro.

Foi adquirida pelo advogado João Casillo que a restaurou e nela instalou seu escritório de advocacia.

Localização: Praça Eufrásio Correia, 498 Centro.
Data da construção: Segunda metade do século XIX
Proprietário: particular.
Tombamento estadual: Processo nº 62/77. Inscrição nº 61. Livro do Tombo Histórico. Data: 06/03/1978.
Bibliografia: Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

Casa Kirchgässner

Projetada em 1929 pelo arquiteto Frederic Kirchgässner para sua moradia, e concluída três anos depois, essa casa constitui-se, obra pioneira, primeiro exemplar na cidade da arquitetura modernista. Depois dela o arquiteto, dentro dos mesmos princípios, projetou apenas uma, para residência de seu irmão, desistindo, então, dos modelos de vanguarda, numa sociedade ainda muito conservadora que apreciava mais a arquitetura eclética, romântica, dos chalés, dos "castelos normandos" e dos "falsos enxaméis".

Nesta obra, Kirchgässner, soube compensar as limitações de um terreno de esquina e estreito, tirando partido de sua conformação topográfica, em declive, ao distribuir os espaços em três níveis: na cota mais baixa, a garagem; ao nível da entrada principal, a parte social, serviços e dormitórios; e um terceiro piso, onde implantava-se o ateliê. Aproveitou também a potencialidade paisagística do local - o alto do bairro Mercês - numa época em que a cidade era ainda desprovida de altos edifícios, criando terraços de onde descortinava-se a cidade e, no horizonte, a Serra do Mar.

Caracteriza-se essa casa pelo uso "didático" da estrutura e concreto armado, através das "janelas de canto" e dos vigamentos de generosos vãos, pelo emprego do formulário ornarmental apoiado em formas simples da geometria e desprovido de adornos.

É notável o jogo de contrastes obtido com o jogo dos planos, com alternância de paredes retilíneas e curvilíneas e, em termos de luminosidade, com o jogo de claro-escuro resultante das amplas pestanas sobre os vãos, o balanço das lajes dos terraços e o recuo da entrada principal.

Ressaltem-se ainda, aspectos de relacionamento da casa com seu recheio, como aqueles abordados em 1988 pelo arquiteto professor José La Pastina Filho, conselheiro do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná: "(...) adequada integração entre a solução espacial da casa com seu mobiliário, concebido e executado pelo próprio arquiteto."

Localização: Rua 13 de maio, 1.224 - Mercês.
Data da construção: 1932.
Autor do projeto: Frederico Kirchgässner.
Proprietário: particular.
Tombamento estadual: Processo nº 003/88. Inscrição nº 115. Livro do Tombo Histórico. Data: 26/10/1991.
Bibliografia: LA PASTINA FILHO, José. Parecer sobre o tombamento da Casa Kirchgässner, 15 de dezembro de 1988.

Casa Romário martins

Quando da elaboração do Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba, seu autor, o arquiteto Cyro Corrêa de Oliveira Lyra, assinalou a necessidade e a importância da preservação do último exemplar de arquitetura do período colonial ainda remanescente e recuperável da cidade. A edificação era ocupada, na época, por pequeno armazém de secos e molhados e lateralmente fora construído um anexo, no qual funcionava uma peixaria. Postura municipal obrigara a substituição do beiral primitivo por platibanda. Anúncios publicitários de tipos diferentes complementavam a desfiguração externa. Internamente, as alterações feitas ao longo dos anos, para adaptação da planta original a funções várias, impediam que se identificassem com clareza a compartimentação original.

Funcionalmente, o programa previa que a casa funcionasse como sala de exposições, pelo que se criou uma galeria ao redor do núcleo central. Este estaria destinado ao preparo das mostras, um plano paralelo ao piso, na altura do frechal, criou um sótão com a função de depósito. Em termos de tratamento, utilizou-se o branco para a alvenaria, o verde óxido de zinco para os fechamentos de vãos, sujeitos à ação do tempo, e imunização para o restante do madeiramento. As peças de madeira não substituídas foram apenas descobertas das sucessivas pinturas, criando uma textura que as diferencia das peças novas. Ao arquiteto Cyro Corrêa de Oliveira Lyra coube a elaboração do projeto e a direção das obras de restauração, que se desenvolveram durante todo o ano de 1973. Em 14 de dezembro do mesmo ano, a casa de Romário Martins foi inaugurada.

De planta quadrada, fachadas enquadradas por cunhais de massa, envazaduras emolduradas por requadros também em massa, encimadas por vergas curvas, janelas em sistema de guilhotina, divididas em quadrículos, e com postigos internos. Cobertura em telhado de quatro águas, com telhas capa-e-canal, arrematado por beiral em cimalha. Construção com paredes externas de alvenaria de pedra. Originariamente, as divisórias internas eram de pau-a-pique, e o pouco que restava encontrava-se em estado imprestável não sendo recuperado. A restauração da fachada voltada para o Largo da Ordem foi baseada em fotografia do início do século XX, uma vez que as duas janelas à direita haviam sido destruídas para a abertura de larga porta onde funcionava um açougue. Com a eliminação do tráfego de veículos em frente da casa, o largo recuperou parcialmente a ambientação antiga, polarizada cultural e socialmente pela Igreja da Ordem e pela Casa Romário, sendo revitalizado pela presença diária de jovens estudantes dos cursinhos pré-vestibulares e escolas de grau médio que nas proximidades se instalaram. A restauração dos dois prédios — a casa e a igreja —, a eliminação do tráfego de veículos, a ocupação do largo por estudantes e a utilização do espaço, nos domingos, para feira de artesanato, transformaram a área, valorizando-a como setor cultural e de lazer. Instalaram-se, ainda, nas proximidades, dois restaurantes alemães.

Localização: Praça Coronel Enéas (Largo da Ordem), 30 - Centro.
Data da construção: Século XVIII.
Proprietário: Prefeitura Municipal de Curitiba.
Tombamento estadual: Processo nº 29/71, Inscrição nº 29. Livro do Tombo Histórico. Data: 17/04/1971.
Bibliografia:
IMAGUIRE. Key, Casa Romário Martins: A Arquitetura e a Instituição, Fundação Cultural de Curitiba, s.d.
IPPUC. Plano de Revitalização de Setor Histórico de Curitiba, Prefeitura Municipal de Curitiba, 1970.
LEÃO, Ermelino de. Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná, Curitiba, 1926/1929.
LINHARES, Themístocles. Paraná Vivo, José Olympio, Rio de Janeiro, 1953.

Casarão dos Parolin

Esta casa ficou conhecida pelo nome da família de origem italiana que no início do século XX a construiu para moradia e sede da chácara que deu origem ao atual bairro da Vila Parolin. Segue modelo arquitetônico muito apreciado pelos imigrantes do Sul do Brasil: casa térrea com sótão habitável obtido pela acentuada inclinação das duas águas do telhado. A fachada principal é vazada, no térreo, por quatro janelas; e no sótão, por duas portas abertas para um balcão e três óculos circulares de ventilação de forro. São elementos ornamentais de madeira os lambrequins do beiral e o guarda-corpo do balcão.

Localização: Rua Brigadeiro Franco, esquina com a Travessa Livorno.
Data da construção: Início do século XX
Proprietário: particular.
Tombamento estadual: Processo nº. 019/90, Inscrição nº. 110. Livro do Tombo Histórico. Data: 12/03/1991.

Castelo do Batel

Em 1923 Luis Guimarães, cidadão de muitas posses, adquiriu das famílias Gomm e Whithers e da Mitra Diocesana uma área de 10.500m², encomendando ao arquiteto Eduardo Fernando Chaves uma residência parecida com algumas das "muitas magníficas que fiquei conhecendo", conforme ele mesmo depôs, alguns anos atrás, ao Patrimônio do Paraná. Iniciada a construção em 1924, terminou só quatro anos depois, pelas dificuldades de execução dos requintados detalhes de acabamento e pelo emprego de variada gama de materiais e peças importadas da Europa. A pintura interna foi feita por dois artistas europeus, as telhas planas de fibrocimento, Eternité, vieram da Bélgica, as louças sanitárias, do fabricante francês Jacob de Lafont, e a tapeçaria e ornamentação interna, de Paris. Com 1000m² de área construída, 3000m² de jardim, amplas garagens, quadra de tênis, foi o Castelo durante muitos anos a principal referência arquitetônica da cidade e cenário de recepções e festas de grandes repercussões nos abastados meios curitibanos.

Localização: Av. Batel, 1.323 -Bairro do Batel.
Data da construção: 1924 - 1928.
Autor do projeto: Arquiteto Eduardo Fernando Chaves.
Proprietário: particular.
Tombamento estadual: Processo nº 46/74. Inscrição nº 45. Livro do Tombo das Belas Artes. Data: 31/01/1975.
Bibliografia: Depoimento do Sr. Luiz Guimarães ao Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, s.d.

Posteriormente, a casa foi vendida a Moisés Lupion, ex-governador do Paraná, que por sua vez alugou-a à Rede Paranaense de Televisão, então filiada à Rede Globo.

Situada em uma esquina do tradicional bairro, outrora aristocrático, do Batel, destaca-se pela ampla arborização e pelos jardins, entrevistas através dos magníficos portões e gradis de ferro forjado.

À semelhança de um pequeno castelo renascentista francês, destacam-se na mansão um torreão cilindríco de cobertura cônica, os portais de arco pleno e as mansardas da cobertura. O telhado, de forte inclinação, aparenta, de longe, ser feito com ardósia. Trata-se, porém, de placas quadradas de fibrocimento. Os paramentos de cor cinza, das paredes externas, são tratados à bossagem. Frontões em arco interrompido e triangulares na platibanda, colunetas ombreando a entrada principal, portas almofadadas de madeira entalhada, vitrais, pisos de mármore no adro, são os detalhes externos de acabamento mais expressivos. Internamente destacam-se os trabalhos em gesso dos tetos.

No sótão, pinturas do pintor paranaense Miguel Bakun, que nesse espaço residiu por algum tempo. Ainda hoje de propriedade de herdeiros de Moisés Lupion, foi restaurada e abriga conceituada casa de eventos, retomando, assim uma das facetas de sua finalidade original.

Coleção Do Museu Coronel David carneiro

Foi durante sua infância, na segunda década do século XX, que David Antonio da Silva Carneiro, ajudado por seu pai e por seu avô, iniciou o acervo desse museu, com uma coleção de minerais, fósseis e moedas. Depois de cursar o Colégio Militar do Rio de Janeiro, seu interesse de colecionador passou a abranger também a armaria. Em 25 de julho de 1928 considerou o museu definitivamente fundado, batizando-o com o nome do seu pai - Coronel David Carneiro -, já falecido e que tinha sido marcante personalidade da história paranaense. Um ano depois a instituição passou a ser considerada de utilidade pública.

A necessidade de um espaço mais adequado levou David Carneiro a construir uma sede definitiva para onde, em meados do século XX o acervo foi transferido.

O acervo abrange diversas coleções - armaria, vestuário, imaginária, heráldica, mobiliário, etnografia, mineralogia, iconografia e outras -, destacando-se, porém, o material bélico e os uniformes militares usados em 1894, no cerco da cidade da Lapa pelas tropas revolucionárias federalistas. As armas brancas - lanças, espadas, punhais, sabres, as de fogo - canhões metralhadoras, pistolas e fuzis -, além da munição, granadas e bombas, exemplificam a evolução do armamento durante quatro séculos.

Ainda, relativo à história militar, inclui o acervo condecorações e distintivos, uniformes, armaduras e couraças, platinas, dragonas e quepes, utilizados pelo Exército brasileiro em diversos períodos.

Ilustrando a evolução do cotidiano da sociedade paranaense estão expostos utensílios de uso doméstico - talheres e louças -, instrumentos musicais e instrumentos de medida, objetos de uso pessoal - cachimbos, canetas, cigarreiras -, mobiliário - marquesas, escrivaninhas, cadeiras e camas -, aparelhos de iluminação -lampiões, candeeiros, lamparinas e castiçais. Complementam o museu a coleção numismática - nacional estrangeira -, a etnográfica - adornos, vestimentas e instrumentos musicais -, a mineralógica e a iconográfica - desenhos, aquarelas e retratos a óleo.

Em meados dos anos 90, após a morte de David Carneiro, seus herdeiros ofereceram o acervo à venda para o Município de Curitiba, e para os governos estadual e federal. Como a transação não foi concretizada, em novembro de 1996, foi tentada sua venda em leilão promovido na cidade de São Paulo. O IPHAN embargou o leilão pela forma incorreta que o acervo estava sendo colocado à venda o que implicaria na sua total dispersão.

Após anos de embate jurídico, graças à atuação da Superintendência Regional do IPHAN no Paraná e à sensibilidade e vontade política do governo estadual, foi o acervo do extinto Museu David Carneiro desapropriado pelo estado e integrado ao do Museu Paranaense.

Localização: Integra o acervo do Museu Paranaense.
Proprietário: Governo do Estado do Paraná.
Tombamento federal: Processo nº 40-T, Inscrição nº 11. Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fl. 3. Inscrição nº. 153, Livro Histórico, fl 25 e Inscrição nº 294. Livro das Belas-Artes, fl.50. Data: 8/2/1941.
Tombamento estadual: Processo nº. 33/72. Inscrição nº. 32. Livro do Tombo Histórico. Data: 29/02/1972.
Bibliografia: Catálogo Museu Coronel David Carneiro, publicação nº.3 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1940.

Coleções do Museu Paranaense

Em 25 de setembro de 1876 foi inaugurado o Museu Paranaense, nessa época uma instituição particular, apoiada técnica e financeiramente pelo governo provincial.

Quatro anos depois, quando o museu recebeu a visita do imperador, a entidade consolidara-se como centro cultural. No ano seguinte foi regulamentado, sendo nomeado seu primeiro diretor, Agostinho Ermelino de Leão, a quem são atribuídos os principais esforços para a organização do museu. Transferido, em 1896, para a edificação que servira à Assembléia Provincal, permaneceu quatro anos fechado ao público, sendo reaberto no dia 7 de setembro de 1900. Com a morte, em 1901, de Ermelino de Leão, assumiu a direção o historiador Romano Martins, que permaneceu nessa função por 27 anos. Em 1930 o museu e a Biblioteca Pública foram transferidos para um outro prédio, de propriedade do estado. O crescimento do seu acervo e o patrocínio de estudos e pesquisas motivaram, em 1937, o seu diretor, José Loureiro Fernandes, à subdivisão do museu em cinco seções: Antropologia e Etnografia, Botânica, Geologia, História e Zoologia, Alguns anos depois, foi iniciado um serviço de taxidermia e uma biblioteca técnica, promovendo-se em 1940 a publicação do primeiro número dos Arquivos do Museu Paranaense e, dois anos depois, a primeira excursão científica ao litoral paranaense para pesquisa zoológica e botânica.

Em 1955 foi constituída uma comissão para preparar o regulamento do Museu de Ciências Naturais, que iria absorver as seções relacionadas a ciências naturais do Museu Paranaense, especializando-se este nas áreas de antropologia, etnografia e história.

Localização: Palácio São Francisco, Alto de São Francisco
Proprietário: Estado do Paraná.
Tombamento federal: Processo n°140-T, Inscrição n°13. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e paisagístico n°231. Livro do Tombo de Belas-Artes. Livro do Tombo Histórico nº. 161. Data: 1972
Tombamento estadual: Processo n°34/72. Inscrição nº33. Livro do Tombo Histórico. Data: 11/02/1972.
Bibliografia: Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria da Cultura do Estado do Paraná.